

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – 30%

CONTRATANTE: Edigê Geraldo de Medeiros, brasileiro, estado civil Casado, profissão Comerciante, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n.º 010.970.434-79, portador(a) do RG n.º 002.106.217, residente e domiciliado(a) R. Miguel Augusto Silveira, 5290, Aeroporto, Mossoró/RN, Telefones: _____

CONTRATADO: Nome: Leonardo Mike Silva Pereira, brasileiro(a) estado civil: solteiro, Profissão: advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 10.615, com endereço profissional à rua Desembargador Pionísio Filgueira n.º 419, bairro Centro, município: Mossoró, RN.

AS PARTES ACIMA IDENTIFICADAS TÊM, ENTRE SI, COMO JUSTO E CONTRATADO O PRESENTE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE SE REGERÁ PELAS CLÁUSULAS SEGUINTE E PELAS CONDIÇÕES DESCRITAS NO PRESENTE.

I - DO OBJETO DO CONTRATO E DA RESPONSABILIDADE

Cláusula 1ª. O presente instrumento tem como OBJETO a prestação de serviços advocatícios, para a propositura de **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**.

a) A RESPONSABILIDADE SOBRE A VERACIDADE DOS DOCUMENTOS FÖRNECIDOS AO CONTRATADO PARA QUE ESTE REALIZE TODOS OS ATOS ATINENTES A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS, É INTEIRA E EXCLUSIVAMENTE DO(A) CONTRATANTE.

II - DAS ATIVIDADES

Cláusula 2ª. As atividades incluídas na prestação de serviço objeto deste instrumento, são todas aquelas inerentes à profissão, quais sejam:

- b) Praticar quaisquer atos e medidas necessárias e inerentes à causa, em todas as repartições públicas da União, dos Estados ou dos Municípios, bem como órgãos a estes ligados direta ou indiretamente, seja por delegação, concessão ou outros meios, bem como de estabelecimentos particulares.
- c) Praticar todos os atos inerentes ao exercício da advocacia e aqueles constantes no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os especificados no Instrumento Procuratório.

III - DAS DESPESAS

Cláusula 3ª. As custas processuais e extrajudiciais que se fizerem necessárias ao ajuizamento da ação e ao recebimento do crédito, tais como custas do processo junto à Justiça Federal (1% - um por cento - do valor requerido) e/ou junto à Justiça Estadual (valor apurado conforme Tabela de Custas Judiciais); custas de reconhecimento de firma nos documentos necessários e autenticações quando estas se fizerem necessárias; custas de perícia contábil necessária ao cálculo do crédito; custas de oficial de justiça, etc., serão suportadas exclusivamente pela (a) **CONTRATANTE**.

IV - DOS HONORÁRIOS

Cláusula 5ª. O(A) **CONTRATANTE**, em caso de êxito na ação, obriga-se a pagar, a título de prestação de serviço, o valor correspondente ao percentual de **30% (trinta por cento)** sobre efetivo proveito econômico proveniente da Ação.

Cláusula 6ª. Havendo acordo entre o(a) **CONTRATANTE** e a parte **CONTRÁRIA**, não prejudicará o recebimento dos honorários contratados e da sucumbência, devendo ser contabilizado em face do efetivo proveito econômico ou êxito financeiro do **CONTRATANTE**, conforme exemplo supra.



Cláusula 7ª. Os honorários de sucumbência pertencem ao **CONTRATADO**.

Cláusula 8ª. As partes estabelecem que havendo atraso no pagamento dos honorários, serão cobrados juros de mora na proporção de 1% (um por cento) ao mês.

V - DA COBRANÇA

Cláusula 9ª. As partes acordam que facultará ao **CONTRATADO**, o direito de realizar a cobrança dos honorários por todos os meios admitidos em direito.

VI - DA RESCISÃO

Cláusula 10ª. Agindo o(a) **CONTRATANTE** de forma dolosa ou culposa em face do **CONTRATADO**, restará facultado a este, rescindir o contrato, substabelecendo sem reserva de iguais e se exonerando de todas as obrigações.

Cláusula 11ª. Fica estabelecido que em caso de **REVOGAÇÃO** infundada do instrumento procuratório, por parte do(a) **CONTRATANTE**, será devido ao **CONTRATADO** a título de honorários, por assessoria e consultoria jurídica, o mesmo percentual estipulado na cláusula 5ª do presente contrato.

Cláusula 12ª. Em caso de **DESISTÊNCIA** da ação, por parte do(a) **CONTRATANTE**, será devido ao **CONTRATADO** a título de honorários, por assessoria e consultoria jurídica, o percentual de 20% (dez por cento) do valor da ação.

Parágrafo Primeiro. O(A) **CONTRATANTE** deverá ainda, em caso de **DESISTÊNCIA**, ressarcir todas as despesas que o **CONTRATADO** obteve tais como; custas processuais e despesas com análise financeira.

VII - DO FORO

Cláusula 13ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do **CONTRATO**, as partes elegem o foro da comarca de Mossoró/RN;

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Mossoró/RN, ____ de ____ de 20__.

Leonardo Mike Silva Pereira
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG: _____
CPF: _____
2) _____
RG: _____
CPF: _____



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu Ediglei Geraldo de Medeiros brasileiro(a);
estado civil: casado Profissão: comerciante portador(a) do RG
002.106.217 órgão expedidor: ITEPI/RN e do CPF: 010.970.434-79 residente
no(a) R. Miguel Augusto Silveira nº 5290
bairro: Aeroporto município: Mossoró / RN

declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, por isso requeiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Mossoró/RN, 15/02/2020

Local e Data

Ediglei Geraldo de Medeiros

Assinatura do Outorgante



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: Edigley Geraldo de Medeiros, brasileiro(a),
estado civil: Casado Profissão: comerciante portador(a) do RG
002.106.217 órgão expedidor ITERN e do CPF: 010.970.434-79, residente
no(a) R. Miguel Augusto Silveira nº 5290
bairro: Aeroporto município: Mossoró, RN.

OUTORGADO:

Nome: Leonardo Mike Silva Pereira, brasileiro(a)
estado civil: solteiro Profissão: advogado, inscrito na OAB/RN sob o
número 10.615 com endereço profissional à rua
Desembargador Dionísio Filgueira nº 419
bairro Centro município: Mossoró, RN.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o outorgado, para o fim especial de agir judicialmente e administrativamente, promovendo quaisquer medidas judiciais e administrativas necessárias a garantia dos direitos e interesses do(a) outorgante, propondo as ações que julgar convenientes, defende-lo(a) nas que porventura por ele lhe sejam propostas, para o que lhe confere os mais amplos e ilimitados poderes da cláusula "ad judicia et extra" para o fórum em geral, podendo ainda seu dito advogado transigir, confessar, desistir, fazer acordos, endossar cheques, retirar alvarás e oferecer todos os recursos em direito admitidos, em qualquer instância ou foro, receber e dar quitação, firmar compromisso, bem como substabelecer com ou sem reserva e ainda, requerer os benefícios da assistência judiciária gratuita nos termos da Lei 1.060/50 e 7.115/93. Deixando estipulado neste documento, contrato de risco com o Outorgante que, em caso de êxito, serão pagos a título de honorários advocatícios 30 % (trinta por cento) do valor recuperado. Em caso de pagamento de custas pelo Outorgado os valores serão descontados do êxito e reembolsados pelo Outorgante.

Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

Mossoró/RN, 15/02/2020
Local e Data

Edigley Geraldo de Medeiros
Assinatura do Outorgante



TERMO DE RESPONSABILIDADE SOBRE O FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS

Eu Edigle Geraldo de Medeiros, brasileiro(a),
estado civil Casado, profissão: Comerciante portador(a) do RG
002.106.217, órgão expedidor ITEPRN e do CPF 010.940.434-79, residente
nota) R. Miguel Augusto Silveira, nº 5290
bairro: Aeroporto, município: Mossoró, RN,
CPF _____, telefone _____

declaro, sob as penas da Lei, que todos os documentos fornecidos ao advogado por mim
constituído para me representar na Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, tais como, documentos
pessoais, declarações, Boletim de Ocorrência, documentos médicos, etc., são verdadeiros, e
me comprometo a responder por todos e quaisquer fatos atinentes aos mesmos na forma da
Lei.

Mossoró /RN, 15 de Fevereiro de 20 20

Edigle Geraldo de Medeiros
Assinatura



Vietnam

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
EDIGLE GERALDO DE MEDEIROS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
002106217 ITEP RN

CPF
010.970.434-79 DATA NASCIMENTO
29/04/1983

FILIAÇÃO
EDIR GERALDO DE MEDEIROS
MARIA LINDALVA DA SILVA DE MEDEIROS

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
05203025088

VALIDADE
26/11/2020 1ª HABILITAÇÃO
10/05/2011

OBSERVAÇÕES
X ;

Edigle Geraldo de Medeiros
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MOSSORO, RN

DATA EMISSÃO
30/11/2015

63184806832
RN702314745

DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1157621668

PROIBIDO PLASTIFICAR
1157621668







GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
2º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 044178/2019-A02

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 18/09/2019 10:24 Data/Hora Fim: 18/09/2019 10:25
Origem: Data: 18/09/2019
Delegado de Polícia: Valtair Camilo de Paiva

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 2º Distrito Policial de Mossoró

Data/Hora do Fato: 14/09/2019 18:00

Local do Fato

Município: Mossoró (RN)
Logradouro: Anderson Dutra com Miguel Augusto Silveira

Bairro: Aeroporto

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: EDIGLÊ GERALDO DE MEDEIROS (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RN - Mossoró Sexo: Masculino Nasc: 29/04/1983
Profissão: Comerciante
Estado Civil: Casado(a)
Nome da Mãe: Maria Lindalva da Silva de Medeiros

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 010.970.434-79

Endereço

Município: Mossoró - RN
Logradouro: Miguel Augusto Silveira Nº: 5290
Bairro: Aeroporto II
Telefone: (84) 99130-2515 (Celular)

Nome Civil: MOTOCICLISTA DESCONHECIDO, NÃO SABE A PLACA, TIPO 50CC (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino

Endereço

Município: Mossoró - RN

Nome Civil: NARLA CALIANE DE MENDONÇA ALVES (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Feminino Nasc: 01/03/1985
Estado Civil: Casado(a)
Nome da Mãe: Elita de Mendonça Alves

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 065.249.104-94

Endereço

Município: Mossoró - RN



Delegado de Polícia Civil: Valtair Camilo de Paiva
Impresso por: Helder Emerson Nogueira Jerônimo
Data de Impressão: 18/09/2019 10:25
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
2º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 044178/2019-A02

Logradouro: Miguel Augusto Silveira

Nº: 5290

Bairro: Aeroporto II

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

Subgrupo Motocicleta/Motoneta

CPF/CNPJ do Proprietário 060.704.244-33

Placa NNY7236

Renavam 00232963606

Número do Motor JC41E1A050356

Número do Chassi 9C2JC4110AR050356

Ano/Modelo Fabricação 2010/2010

Cor PRETA

UF Veículo Rio Grande do Norte

Município Veículo Mossoró

Marca/Modelo HONDA/CG 125 FAN KS

Modelo HONDA/CG 125 FAN KS

Veículo Adulterado? Não

Quantidade 1 Unidade

Situação Meio Empregado

Última Atualização Denatran 09/11/2015

Situação do Veículo NADA CONSTA

Nome Envolvido

Envolvimentos

Ediglê Geraldo de Medeiros

Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Declarou que conduzia a sua moto transportando a Sra. Naria Caliane de Mendonça Alves na garupa quando o autor do fato avançou a via preferencial com a sua motocicleta, vindo a colidir contra a lateral do seu veículo; Que sofreram queda na via da moto; Que se encaminharam de moto ao HRTM; Que o autor do fato se evadiu do local; Que o BO é para fins de DPVAT; Que não desejou representação criminal; Nada mais disse.

ASSINATURAS

Helder Emerson Nogueira Jerônimo

Agente de Polícia

Matrícula 1690205

Responsável pelo Atendimento

Ediglê Geraldo de Medeiros

(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que del origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Valtair Camilo de Paiva
Impresso por: Helder Emerson Nogueira Jerônimo
Data de Impressão: 18/09/2019 10:25
Protocolo nº: Não disponível

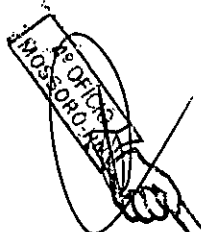
Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



EU EDIGLE GERALDO DE MEDEIROS, CPF: 010.970.434-79, VEM POR MEIO DE ESTA CARTA INFORMAR QUE SOFREU UM ACIDENTE NO DIA 14/09/2019 NA MOTO HONDA/CG 125 FAN KS, ANO 2010, PLACA NNY7236, CHASSI 9C2JC4110AR050356, EM NOME DE FRANCISCO DA SILVA JUNIOR.

A VITIMA INFORMA QUE COMPROU A MOTO A UMA TERCEIRA PESSOA, E NÃO CONHECE O ANTIGO PROPRIETARIO FRANCISCO DA SILVA JUNIOR, TAMBEM NUNCA TEVE NENHUM CONTATO COM ESSA PESSOA. PORTANTO NÃO É POSSIVEL IR NO CARTÓRIO AUTENTICAR A DECLARAÇÃO DO PROPRIETARIO D VEICULO PARA ANEXAR NO PROCESSO.



*Edigle Geraldo de Medeiros

Cartório Quarto Ofício de Notas de Mossoró-RN
Rua Jerônimo Rosado, 74 Titular: MARIA LUCIVAM FONTES SILVA
AZEVEDO, Cont.: (84)3321-6610 cartorio4mossoro@hotmail.com

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de Nome do
Reconhecido: EDIGLE GERALDO DE MEDEIROS; 010.970.434-79.
Confira em: <https://selodigital.tjrn.jus.br>
Selo Digital: RN2019009419300168186JH.
Mossoró-RN, 19 de setembro de 2019 11:14
DOUGLAS FONTES DE MELO - Substituto
Osc. CIBELE
Emol. 2,83 ISSQN - 0,14 -

AAB73739

VALID SEM EMENDA OU RASURA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN 11639 // 00264 Nº 014243840799
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 CÓD. RENAVAM 00232963606 R.N.T.R.C. ***** EXERCÍCIO 2018

NOME

JOSE FRANCISCO DA SILVA JUNIOR

CPF / CNPJ

060.704.244-33

PLACA

MNY7236

PLACA ANT / UF

MNY7236/RN

CHASSI

9C2JC4110AR050356

ESPÉCIE TIPO

PASSEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE

COMBUSTÍVEL

GASOLINA

MARCA / MODELO

HONDA/CG 125 FAN RS

ANO FAB.

2010

ANO MOD.

2010

CAP / POT / CIL

OCV/124 CILINDRADAS

CATEGORIA

PARTICULAR

COR PREDOMINANTE

PRETA

COTA ÚNICA

R\$ 0.00

VENC. COTA ÚNICA

07/01/2019

VENC. / COTAS

1º PAGO

2º PAGO

3º PAGO

FAIXA I.P.V.A.

002844 3X

PARCELAMENTO / COTAS

R\$ *****

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

*** TAXAS DETRAN: PAGO ***

DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

MOTOR: JC41E1A050356

BOSSORO/RN



Siderley Bossoro da Silva
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN - RN

DATA

07/01/2019

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR
TRANSPORTADAS OU NAO - SE

RN Nº 014243840799 BILHETE

ESTE É O SEU BILHETE DO SEU SEGURO
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1000

EXERCÍCIO

2018

VIA

1

CPF / CNPJ

060.704.244-33

RENAVAM

00232963606

MARCA /

HONDA/CG 125 FAN

ANO FAB.

2010

CAT. TARIF.

9

Nº CH

9C2JC4110

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DENATRAN (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

PAGAMENTO

COTA ÚNICA

PARCELADO

SEGURADORA LÍDER

CNPJ 09.248.608/0001-04



N. 18.40

Check de nota

Alcal (+) / alcal (-)

EF. G19, sem defeito

reflexos (+) (E)

R. Fator de peso

Presença

col. Abundante no p. glândulas

P. e. surdece - se.

ALTR A

RECEBIDA

Dr. Vladimir de Oliveira Melo
Neurocirurgião
CRM/RN 6656

HOSPITAL REGIONAL TENDÃO
ESTÁ CONFORME O O
NOME MOSSORÓ 16/10

SAME / ARQUIVO

Arvandé Lima F. da
Neurocirurgião
CRM/RN 4119

BMF: Paciente com trauma craniano
(E) A. A. T. C. sem lesão

3.M.F. (29.12.19) PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE
BICICLETA, HÁ 1 (UMA) HORA, SI USO DE
CINTA, APÓS INGESTA DE CÓDIGO, SIC, JUNTO AO PAI
E ACOMPANHANTE. AVIADO POR C.G. E.M.C. APRESEN
S COMATO EM NECESSIDADE DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL
INFRA ORBITÁRIO @, CI MOV. E FUNÇÃO DO G.O.E.
SERVADOS, SI ERISTOXE, SI DOR À PALPAÇÃO, NO
CAUSO DENTÁRIA, SI AVEIXA DE PARESTESIA EM
TERRITÓRIO DO N.F.O.E. AO EX.T.C. PRESENTE
DE FRATURA, ALINHADA, EM PARTE DE BATEMDO
S.M. SI INDICAÇÃO DE TT CIRCULADO. ATTA HES
A AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ORTOGONAL

J. A. Almeida
Médico
CRM/RN 81771-0
CRM/RN 1093



IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

Solicitante: HOSP REG TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

CNES: 2503689

Executante: O solicitante ou

CNES:

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: **49247 EDIGLE GERALDO DE MEDEIROS**

Prontuário:

CNS:

Nascimento: 29/04/1983

Sexo: Masculino

Cor: PARDA

Mãe: MARIA LINDALVA DA SILVA DE MEDEIROS

Pai: EDIR GERALDO DE MEDEIROS

Endereço: RUA MIGUEL AUGUSTO SILVEIRA, 5290 - AEROPORTO - MOSSORO

Fone: 991302515 /

Município: MOSSORO

Código Municipal IBGE:

240800 UF: RN

CEP: 59608-014

Clínica de Acompanhamento: NEUROCIRURGIA

Laudo: 37 / 2019

JUSTIFICATIVA DE INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLINICOS:

Queda de moto sem capacete

Alcoolizado.

G15, rinorragia moderada

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO:

Necessidade de cuidados neurocirúrgicos

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
EM MOSSORO 16/04/2019
Bim
SAME / ARQUIVO

RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS:

TC crânio: Fraturas de face + pneumoencéfalo

Diagnostico e Procedimento Inicial:

S06.1 EDEMA CEREBRAL TRAUMÁTICO*303040084. TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO CRANIOENCEFALO

Profissional Solicitante / Assistente:

ANDRE LIMA BATISTA

André Lima M.
Neurocirurgião Especialista
CRM: 4119

CRM: 4119 / RN

Data da Solicitação 14/09/2019

PREENCHER EM CASOS DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

() Acidente de Trabalho

CNPJ da Seguradora:

Nº do bilhete:

Série:

() Acidente de Trabalho Típico

CNPJ da Empresa:

CNAE da Emp.:

CBOR:

() Acidente de Trabalho Trajeto

Vínculo com previdência: () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

Profissional Autorizador: Orgão Emissor:

Nº Autorização da AIH:

Documento: () CNS () CPF nº

Data da Autorização: / / Assinatura/Carimbo:





(/)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTA

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados. O parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190708913 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EDIGLE GERALDO DE MEDEIROS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS

BENEFICIÁRIO EDIGLE GERALDO DE MEDEIROS

CPF/CNPJ: 01097043479

Posição em 13-02-2020 15:07:13

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX


Valor da Indenização: R\$00.000,00



Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
15/01/2020	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	R\$ 1.350,00

Histórico das correspondências enviadas

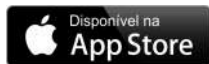
Data da Carta	Referência	Ver Carta
22/01/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/l2mCg00bURsoDQ0rfapi_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HznZpxDo3bB3ExsNPdrRnWts=)

27/12/2019	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/5lgDEULS7Yo43HwNr?api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HznZpxDo3bB3ExsNPdrRnWts=)
22/12/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/11JiamW9nwpWnApV2+?api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HznZpxDo3bB3ExsNPdrRnWts=)



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



(<https://www.seguradoralider.com.br>)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0806636-27.2020.8.20.5106

AUTOR: EDIGLE GERALDO DE MEDEIROS

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 8 de maio de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0806636-27.2020.8.20.5106

AUTOR: EDIGLE GERALDO DE MEDEIROS

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 8 de maio de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

